

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O liberal*

Class.: 314

Data: 31.01.90

Pg.: _____

Recursos tecnológicos usados com sabedoria pelos Kayapó

Há dez anos vivendo com os índios Kayapó, o padre Renato Trevisan, que veio a Belém participar da XI Assembléia Regional do Conselho Indigenista Missionário, avalia a realidade atual dos índios como "marcada, sobretudo, pela resistência". Segundo ele, a história dos Kayapó — hoje existem mais de três mil na região — os impulsionou para a organização da defesa de seus interesses e, hoje, apesar dos inegáveis prejuízos trazidos pela entrada do capital na estrutura social das tribos, os Kayapó, utilizando positivamente os recursos tecnológicos, se tornaram a nação mais representativa dos interesses dos indígenas na região Norte. "Os índios possuem filmadoras que são usadas para o registro de festas e acontecimentos marcantes. É uma forma de perpetuar a cultura nativa e levar a cabo uma espécie de educação política".

Na região dos Kayapó, contou o padre, foram descobertos muitos minérios, especialmente ouro, e madeiras de lei, como o mogno. Desde então, a história dos índios, foi extremamente modificada. A entrada dos grandes projetos na região, segundo o padre, também agravou a situação: "O projeto agropecuário do Tumucumaque, que garantiria o abastecimento do projeto Carajás, e o fenômeno da construção das hidrelétricas são apenas alguns fatos que marcaram a vida social dos Kayapó. Tudo isso trouxe como consequência a ameaça ao direito à vida".

O padre lembrou, entre os registros importantes da história Kayapó, a ocupação de garimpos de

Maria Bonita e Cumaruzinho sem a retirada dos índios de suas terras em 1984 e 1985, culminando com a ampliação do território indígena, bem como a ida dos índios Kube-I Kayapó e e Paulinho Paiakã aos Estados Unidos, onde fizeram declarações que provocaram a suspensão da remessa de recursos para a construção das barragens do Xingu em 1987 e a organização do I Encontro das Tribos Indígenas do Xingu, no ano passado.

Resistência
O território dos Kayapó, segundo o padre Renato, corresponde a 3.234 milhões de hectares, o equivalente a uma área de 972 quilômetros quadrados. Em virtude dos problemas enfrentados, os Kayapó começaram a se organizar, "não somente a nível político, mas buscando engajar outros povos na luta pela preservação da cultura. No caso dos Yanomami, por exemplo, os Kayapó foram a Brasília se manifestar". A atuação dos Kayapó envolve a participação dos Juruna, Assurini, Parakanã, Arara e outras tribos, mobilizadas em torno do interesse da unificação dos povos em uma luta comum. O padre admitiu, no entanto, que não é só a estrutura cultural forte que garante o processo organizacional dos Kayapó: a boa situação econômica do povo, evidentemente, facilita a organização.

Os Kayapó, segundo o padre, souberam utilizar as riquezas da terra para defender seu povo. "É evidente que isso traz consequências negativas, mas além de ser inevitável o processo é inverso: o

capital acaba servindo à manutenção da causa indígena", disse o padre Renato, acrescentando: "O dinheiro traz dependência. Em algumas ocasiões, há a mentalidade comodista do tipo 'eu não tenho que ir trabalhar se posso comprar tudo'. Há ainda o problema da cobiça de brancos vindos de fora, que tentam explorar o índio". De acordo com o padre, o problema do alcoolismo teve início, nas aldeias Kayapó, a partir do contato com as civilizações brancas. "Ao contrário dos Tupi, por exemplo, os Kayapó não conheciam o álcool".

Cimi
"O trabalho do Cimi é ajudar os povos indígenas a preservarem sua cultura, em um processo de articulação com outros povos. No caso do dinheiro, fazer com que eles dividam os recursos com toda a comunidade", afirmou o padre, que está na área com outro sacerdote e dois missionários, atuando em uma escola indígena. "A reflexão objetiva fazer com que o índio se enxergue a partir de sua própria aldeia, tendo em vista a realidade dos povos irmãos menos favorecidos", considerou.

A preocupação com a integração com outros povos se deve à própria história dos Kayapó: "Conhecidos como uma ameaça por sua belicosidade, eles vieram à região combatendo outros povos", disse o padre. A característica guerreira do povo foi um dos fatores que facilitaram o processo de organização dos indígenas. "Os Kayapó, inicialmente, não conheciam a rede ou a cerâmica", finalizou.

Arara: uma história de conflitos

"Precisamos de terra para viver e fazer nossos filhos crescerem". De acordo com o padre Carlos Alberto Garcia, membro do Conselho Indigenista Missionário, isso é o que querem os índios da tribo Arara, que vivem às margens da rodovia Transamazônica e às proximidades do município de Medicilândia. "Um povo sofrido que foi quase dizimado com a construção da Transamazônica em 1973 e hoje é vítima de outro atentado: a ocupação de quase um quarto de suas terras por posseiros em setembro de 1989 em um processo que ainda não teve definição". O conflito da época — que culminou com a interdição da Transamazônica na altura do km 127, obstruindo a ponte do Igarapé Mutum — ganhou, segundo o padre, proporções alarmantes, apesar de a mobilização efetiva de posseiros na área estar menos intensa.

Conflitos
Segundo o padre Carlos, a história dos índios Arara tem sido marcada pelo conflito. Na ocasião da interdição da Transamazônica, afirmou, muitos grileiros se aposentaram da terra; hoje, há inclusive fazendas na região. Os Arara vivem em duas aldeias: na área do Laranjal, onde estão cerca de 30 índios, e na altura do posto de vigilância da Funai, no km 120 Sul, on-

de vivem aproximadamente 80. Além dos 25% de área ocupados por posseiros, os Arara correm o risco, ainda, de perderem outros 25% de seu território com a inundação prevista após a construção da barragem de Iriri. A situação, disse o padre, proporcionará a médio ou longo prazo a total dizimação dos Arara.

A notícia da demarcação das terras dos Arara ainda para o início deste ano, segundo o padre — que ressaltou possuir informações imprecisas sobre a questão —, reduziram as invasões e, hoje, a situação permanece a mesma. O padre Carlos disse ainda haver um entendimento equivocado, por parte das autoridades, acerca da área dos índios: "São 35 mil hectares de reserva florestal, onde estão os posseiros. De acordo com decreto federal, as áreas florestais devem ser incorporadas às áreas indígenas. O orçamento para a demarcação foi aprovado em outubro pelo Ministério do Interior". Nesse processo todo, ressaltou o padre, "a Funai foi omissa".

Reivindicações
Os índios Arara, disse o padre, "segundo os registros históricos, botavam para correr até os Kayapó, considerados uma espécie de temor na região". Com o sofrimento vivido, os Arara acabaram se

afastando de parte de seus valores e tradições, ficando mais expostos. O padre exemplificou: "Os Arara, tradicionalmente, têm no arco e na flecha seus instrumentos de caça. A Funai, há cerca de cinco anos, equipou o posto de vigilância com espingardas. Os índios começaram a caçar com espingarda e deixaram de lado o arco e a flecha, era mais cômodo". Ele contou ainda que atualmente a Funai não tem verbas para manter o equipamento e, assim, os índios não caçam: "Não é que não saibam usar o arco e a flecha, mas o método da espingarda era mais prático". De acordo com o padre, o povo Arara é pobre: "Na sua região não há minérios e a mata está sendo destruída pela ação das madeireiras".

Entre as reivindicações das entidades que se colocam em defesa dos indígenas estão a desocupação imediata da área dos Arara, de acordo com a portaria 528/N de 30 de outubro de 1978, o reassentamento em condições dignas e justas dos posseiros, a articulação entre a Câmara Municipal de Medicilândia e o Executivo exigindo a indenização das benfeitorias dos "posseiros de boa fé" e o término, por parte do poder público, do clima de tensão existente, assumindo a causa dos sem-terra da região.